



Anais da Assembléia

N.º 91

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Feder-mann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Eron-dy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurí-cio Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Os-valdo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernar-di, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Alfredo Gulin.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

MENSAGEM:

MENSAGEM 88/77

Curitiba, 01 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos núme-ro 644/77, de 06 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secre-tário de Estado da Agricultura, diz, com o necessário detalhe, sobre o alto significado e oportunidade da medida ora submeti-da a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-ro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e considera-ção.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O Combate à Febre Aftosa é obrigatório em to-do o território estadual e far-se-á nos termos desta lei.

Art. 2º — A incumbência das atividades de que trata o artigo anterior é da Secretaria de Estado da Agricultura, através de setores especializados.

Art. 3º — O combate e/ou controle da Febre Aftosa, estender-se-á a todas as espécies animais suscetíveis de contami-

nação, no território estadual.

Art. 4º — Os proprietários ou todos aqueles que, a qual-quer título, tiverem animais em seu poder, são obrigados a efe-tuar as vacinações regulamentares, bem como colaborar no levantamento do seu rebanho e executar os serviços de campo, necessário ao Combate à Febre Aftosa.

§ 1º — A pedido dos proprietários ou possuidores de bovi-nos, a Secretaria de Estado da Agricultura, poderá efetivar as vacinações ou outras atividades de campo que lhes competem, atinentes a esta lei.

§ 2º — Da mesma forma, no caso do proprietário ou detentor de animais sensíveis à Febre Aftosa, negar-se à execu-ção dos trabalhos de que trata este artigo, a Secretaria executá-las-á.

§ 3º — Em qualquer dos casos estampados nos parágrafos anteriores, a Secretaria será ressarcida pelos trabalhos prestados, devendo o produto correspondente, constituir receita do Fundo de Equipamento Agropecuário, conforme o disposto no art. 2º da Lei número 823, de 30 de novembro de 1951.

Art. 5º — O proprietário, transportador ou depositário de animais contamináveis, fica obrigado a notificar a existência de foco de Febre Aftosa, ao Serviço de Defesa Sanitária Animal da SEAG.

Art. 6º — Quando constatada a existência da enfermidade, a Secretaria da Agricultura poderá interditar a área de sua ocor-rência pública ou privada, proibindo o trânsito de animais de qualquer espécie, bem como tomar outras providências que entenda necessárias.

Art. 7º — O proprietário ou detentor de animais que se negar a cumprir o disposto no art. 4º desta lei, terá seu estabe-lecimento interditado, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

Art. 8º — Todo aquele que, de qualquer forma, ainda que por omissão, impedir ou dificultar os trabalhos de Combate à Febre Aftosa, e/ou concorrer para a sua disseminação, fica sujeito à multa de 3 (três) vezes o maior valor de referência vigente no Estado.

§ 1º — Nos casos de transporte, por qualquer meio ou via, de animais não vacinados e/ou contaminados — será aplica-do ao proprietário, multa de 20 por cento do maior valor de referência vigente no Estado, sobre cada animal transportado.

§ 2º — A multa estatuída no parágrafo anterior será aplicada ao vendedor, se, da alienação, não tenham decorridos mais de 3 (três) dias.

§ 3º — Nenhuma multa será inferior a 50 por cento do maior valor de referência vigente no Estado.

Art. 9º — Todo o proprietário ou responsável legal por frigoríficos e abatedouros em geral, fica sujeito à multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o maior valor de referência vigente no Estado, por animal adquirido e/ou abatido, sem respectivo ates-tado de vacina.

Art. 10 — Quando houver multa não recolhida espontaneamente, o proprietário infrator será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para execução obrigatória pelo órgão e na for-ma da lei específica.

Parágrafo único — Mediante solicitação da Secretaria da Agricultura, a Secretaria das Finanças efetuará a inscrição de que trata este artigo e levará aos procedimentos executórios.

Art. 11 — Os autos de infração à presente lei serão lavra-dos por servidores públicos credenciados pela Secretaria da Agricultura.

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir

outras campanhas semelhantes, que visem aprimorar e/ou assegurar as atividades de sanidade animal.

Parágrafo único — Para efeito do presente artigo, o Poder Executivo baixará normas próprias, aplicando-se no que couber, as disposições desta lei, bem como os demais preceitos legais vigentes, que incidam sobre a matéria.

Art. 13 — Dentro de 60 (sessenta) dias, o Poder Executivo expedirá o regulamento necessário à execução desta lei.

Parágrafo único — O Regulamento de que trata este artigo definirá, inclusive, os procedimentos para autuação, bem como as competências e prazos para defesa, julgamento e recursos.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os números 93, 94, 95, 96 e 97/77 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

78/76 Do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. — **Agradeça-se.**

03/77 Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Casa de Artes e Ofícios Paulo VI, com sede na cidade de Ipirorã. — **Agradeça-se.**

09/77 Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora. — **Agradeça-se.**

31/77 Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a Guarda-Mirim de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio. — **Agradeça-se.**

87/76 Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza o Poder Executivo a denominar prédio público localizado na cidade de Castro, com o nome de Joaquim Anacleto da Fonseca. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista AMANDIO MATHIAS, diretor da "Tribuna de Cianorte", ocorrido no último dia 5, naquela cidade norte-paranaense, vítima de seis projéteis de tiros disparados pelo corretor de seguro Antônio Silveira Neto.

Amândio Mathias era um profissional da imprensa na acepção da palavra: dedicou toda sua vida à transcrever, através da pena, os problemas sociais de sua comunidade. Melhor do que isso, vivia esses problemas, procurando de alguma maneira solucioná-los. Escrita viril, sempre esteve em defesa dos injustiçados, não se importando em ferir quem o merecesse. Morreu divulgando a verdade. A sua perda será sempre lamentada pelo tudo de bem que fez em prol do município de Cianorte.

Requeiro, ainda que a manifestação do Plenário, seja transmitida à família daquele jornalista.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(a) HÉLIO MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A tradicional e histórica cidade de Paranaguá, berço da civilização paranaense, que ainda há pouco, juntamente com todo o Estado, vivia momentos de justificada e incontida alegria, pela passagem de mais um aniversário de sua fundação, experimenta hoje, agora no plano esportivo, clima de verdadeira euforia, com o notável feito do Rio Branco Sport Club, conquistando, de maneira brilhante e sensacional, o título da Zona Sul do torneio de repercagem, do Campeonato Paranaense de Futebol.

O título conquistado pelo tradicional Rio Branco Sport Club é motivo, realmente, de orgulho e júbilo para o povo parnanguara que vê, assim, premiado o espírito aguerrido de seus jogadores e colocado o seu clube em condições de chegar ao quadrangular decisivo, em partida a ser disputada com outra valorosa agremiação, qual seja a do Grêmio de Maringá.

Por isso, Sr. Presidente, regozijando-me com o nobre povo parnanguara, bem como com os atletas e dirigentes do Rio Branco Sport Club, pela conquista daquele título, requeiro à douta Mesa, como representante de Paranaguá nesta Casa, que se registre na ata dos presentes trabalhos, um voto de congratulações com aquele Clube, na pessoa do seu ilustre Presidente, enviando-se-lhe, ainda, cópia do inteiro teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado convite ao Exmo. Sr. Secretário da Administração João Elízio Ferraz de Campos, para que compareça a esta Casa a fim de expor aos Srs. Parlamentares os planos e as reformas que estão sendo efetuadas no Centro Cívico, para onde serão transferidas diversas Secretarias de Estado.

A data para a visita fica a critério do Sr. Secretário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As Lideranças da ARENA e do MDB, tendo em vista a aprovação de requerimento constituindo Comissão Especial para esclarecer assunto na área educacional, efetua a indicação, respectivamente, dos Srs. Deputados Jorge Sato, Augusto Carneiro e, Enéas Faria, para a integrarem.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES e TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica o Senhor Deputado Enéas Faria em substituição ao Deputado Deni Schwartz, para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange à Procuradoria Geral do Estado e Advogados no Art. 152 — Proposição número 385/77 e arts. 69, 60 e 62 — Proposição número 384/77.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 105/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a "Fundação Educacional Menonita" com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional Menonita, com sede e foro nesta Capital, é fundação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Fundação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que ofereço o presente projeto de lei à consideração dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dois meses aproximadamente, esta Casa de Leis resolveu criar uma Comissão Especial para verificar a situação dos presídios de nossa cidade.

A Comissão Especial por mim solicitada, é composta de 5 Deputados, este que vos fala e mais 4, 1 do MDB, Deputado Enéas Faria e 3 da ARENA - Deputado Jorge Sato, Deputado Erondy Silvério e Deputado Fabiano Cortes.

A Comissão, reunida, resolveu por um plano de ação; este plano, inicialmente, consistia no envio de expedientes ao Secretário de Estado, Túlio Vargas, atualmente exercendo a condição de Secretário da Justiça, e, a alguns diretores de presídios, a fim de que nós pudéssemos conversar com os mesmos e, chegássemos a uma solução após as pesquisas que iríamos proceder, e assim dêssemos conta da atribuição que esta Assembléia nos outorgou, nos concedeu.

Em nome da Comissão, representando-a na condição de Presidente, endereçamos um ofício, respeitoso, altamente formal, ao Deputado Túlio Vargas, Secretário da Justiça, para que ele marcasse dia, hora e local, a fim de que conosco pudesse conversar.

Este ofício foi elaborado e redigido pelo Secretário que a Comissão escolheu, o Dr. Carazzai, foi assinado por mim e enviado ao Secretário de Estado.

Decorridos 30 dias, o Deputado Túlio Vargas demonstrando nem sequer haver tomado conhecimento do nosso expediente e a isto eu atribuo uma desconsideração não a este Deputado, mas ao Poder Legislativo, já que o convite a ele dirigido fora em nome da Comissão Especial integrada por Deputados de ambas as correntes, e limitou-se, tão somente, a mandar um xerox ao invés de responder, de acusar o recebimento, simplesmente acusar o recebimento por um telefonema que fosse, a este Deputado que foi seu colega de Casa e assim, convidar-nos a ir até a Secretaria de Estado da qual ele é titular, onde pudéssemos conversar. Nem isto sequer o Deputado Túlio Vargas fez. Apenas encaminhou um xerox de um trabalho feito pelo Dr. Negi Calixto: por ele solicitado, a fim de que nós apreciássemos, estudássemos, analisássemos, enfim, fizéssemos aquilo que melhor entendéssemos com este trabalho do Dr. Negi Calixto.

Lamento profundamente a falta de habilidade, de tato político de um Secretário político do Governo do Estado do Paraná.

Se ele pensa que a sua desconsideração foi para mim, é um erro clamoroso, eis que, neste momento, conclamo os Deputados da Comissão Especial que, dividam comigo a responsabilidade e, se eles entenderem como eu, vamos convocar o Sr. Secretário de Estado a vir à esta Casa; aí será uma convocação, desde que este seja o entendimento dos Deputados que compõem a Comissão Especial.

Nunca fui Deputado radical nem o serei, sou um Deputado equilibrado e sensato, mas, não admito represálias, não admito desconsiderações, eis que ele teria desconsiderado não somente a este Deputado mas também, a Deputados ilustres da bancada situationista que compõem esta Comissão.

Foi por esta razão que vim à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dar conhecimento à Casa como darei à imprensa, distribuindo a resposta do Deputado Túlio Vargas, resposta esta onde em momento alguma, em linha alguma ele acusa o recebimento, ao menos que fosse para discordar do convite.

Nem isto ele fez.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Várias vezes ocupamos esta tribuna para tratar de problemas da agro-pecuária, quer de lei, de trigo, de soja, de café, etc., bem como do confisco sobre alguns dos referidos produtos.

Existe, como é público e notório, uma insatisfação com os preços de comercialização da soja, bem como do trigo e do café.

Esgotados os meios de se obter melhores preços, os produtores ainda acreditam nos esforços dos meios oficiais, promoveram a redução de gastos ou despesas do agricultor na fase do plantio, como uma maneira de compensar o preço não alcançado, por razões de mercado internacional, — cuja validade somos dos primeiros a reconhecer e de sua influência no mercado nacional.

O que nós, parlamentares e homens integrados com a agricultura, não podemos compreender é a generosidade, a benevolência com que sob as vistas dos órgãos responsáveis, os mercados de sementes, os vendedores digamos de sementes de soja, estejam pretendendo vender ao preço de quatrocentos cruzeiros, ou mais, a saca de cinquenta quilos, quando o preço da soja mesmo do tipo de exportação não excede cento e cinquenta cruzeiros por saca de sessenta quilos.

Precisamente para que a semente seja posta em circulação satisfazendo as condições de qualidade e de preço razoável, os vendedores de semente de soja gozam de uma série de estímulos e incentivos econômicos que não são concedidos ao produtor, como é também público e notório.

Além de que a injustiça não termina apenas pela imensa diferença de preço, mas pela certeza de que o vendedor de semente de soja receberá o seu alto preço qualquer que seja a produção ou a colheita, quaisquer que sejam os efeitos climáticos sobre a lavoura, quaisquer que façam, — finalmente as oscilações do mercado internacional.

O vendedor de sementes de soja passou a ter, pelos preços que cobra e altos lucros obtidos, um tratamento discriminatório e preferencial: vende e ganha na certa, sem correr os riscos que correm os agricultores.

A fiscalização por parte dos órgãos oficiais deveria se orientar no sentido que a venda de sementes de qualquer produto agrícola, — sem prejuízo de sua qualidade — fosse realizada, se possível, por órgãos oficiais, — sem visar lucro imediato, mas visando os lucros a serem obtidos com as boas e fartas colheitas, pela arrecadação do ICM, cabível.

Se, entretanto, tal plano fosse considerado de estatização, ou em prejuízo da iniciativa particular, com a qual temos mais estreitas vinculações, — o razoável seria que a venda de sementes então fosse efetivada pelas Cooperativas de Produção, de maneira que os lucros de seus negócios, voltassem aos seus cooperados, agricultores, além de que as Cooperativas estão mais sujeitas à fiscalização tanto na parte técnica, como na fiscal, ou contábil.

De modo que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazemos ao conhecimento desta Casa de Leis uma das distorções da comer-

cialização de produtos agrícolas, — em evidente prejuízo do agricultor — distorção que está influenciando na redução de áreas de plantio, com prejuízo da arrecadação do poder público, e, por consequência, na nossa balança de exportação e de pagamentos.

Por isso, abordamos o assunto nesta Casa, para que fique como um alerta solicitando que sejam tomadas medidas capazes de, coibir a grande margem de lucros e incentivando os órgãos para-estatais e as cooperativas, para ampliar essa atividade básica ou inicial da agricultura do Paraná, desafogando, desse modo, o agricultor, sobre cujos ombros recai hoje a tarefa, aliás cívica e patriótica, de contribuir para a riqueza do Paraná e a grandeza do Brasil”.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvi com atenção o ilustre Deputado Nelson Buffara, sobre o problema concernente aos presidiários de nossa terra, aos homens que estão pagando suas penas, justas e muitas vezes, injustas.

Vimos apenas fazer um parêntesis no que concerne ao nosso ilustre Secretário dos Negócios da Justiça do Paraná, que talvez, por falta de entrosamento com esta douta Comissão formada por esta Assembléia, esteja havendo esse entreviro, esse mal-entendido.

E nós, como amigo e admirador do Deputado Nelson Buffara, e como amigo, admirador e companheiro de bancada do ilustre Secretário dos Negócios da Justiça, ex-Deputado Estadual, Dr. Odilon Túlio Vargas, atual Deputado Federal, que à frente daquela pasta, onde tivemos diversas audiências e conversas informais, vemos naquele ilustre homem público do Paraná, a vontade de acertar, a vontade de humanizar os presídios da responsabilidade de sua pasta.

Então, é neste instante que queríamos pedir vênua ao Deputado, ilustre e combativo paranguará, Nelson Buffara, que aguardasse, por gentileza, uma solução vinda da Pasta do ilustre ex-companheiro de bancada, Túlio Vargas, homem também equilibrado que quer ver as coisas postas em seus devidos lugares. Talvez, houvesse um mal entendimento, uma má assessoria por parte daquele ilustre Secretário.

Então, é neste instante, com a responsabilidade que temos, como amigo dos dois parlamentares — do ex-parlamentar Túlio Vargas e atual homem da nossa Assembléia, ilustre amigo se assim me permite dizer, Deputado Nelson Buffara, para que houvesse um diálogo entre os dois, para que houvesse, ou na Assembléia ou na própria Secretaria da Justiça, para que houvesse o acerto dos pontos para que possam conduzir para um só ideal: — O ideal do Deputado Nelson Buffara e o ideal do dinâmico Secretário Odilon Túlio Vargas, que não é outra coisa, se não servir à tranqüilidade, à paz, como prova o presídio modelar de mulheres no Paraná, que está servindo de exemplo para o Brasil e quicá, para a América do Sul. E é neste instante que apelamos para o Deputado Nelson Buffara que, dentro do espírito compreensivo, dentro da dinâmica que o orienta, dentro desta orientação democrática que é peculiar ao ilustre Deputado, que procuremos um denominador comum para que esse Deputado e esta Assembléia e a douta Comissão formada encontrem o momento certo para dialogar com o ilustre Secretário, para que se dê um desfecho tranqüilo que sabemos que é a aspiração do Deputado Nelson Buffara e também o desejo incontestado do ilustre Secretário, de dar condições normais, condições humanas, ao homem que sofre, muitas vezes, por um deslize de sua vida. E é por isso que não podemos julgar esse Secretário que era nosso companheiro de Partido, nosso ex-companheiro de bancada e ilustre Deputado da Bancada Federal. E é neste instante, Deputado Nelson Buffara, que eu me proponho a ir com V. Exa., se assim me permitir, dialogar com o

Deputado Túlio Vargas, com o atual responsável pela Secretaria dos Negócios da Justiça, irmos em seu Gabinete ou onde V. Exa. escolher, para conversarmos, tranqüilamente, para que se encontre um denominador comum e para que esse ideal de V. Exa. tenha um desfecho satisfatório; que se beneficie, que se faça justiça, com a Justiça aos que estão sofrendo, muitas vezes, injustiças.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Deputado Nelson Buffara. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Fidelcino Tolentino, no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No dia 06 do corrente, o jornal do Prefeito de Cascavel, em manchete, estampou em sua primeira página, matéria que retrata o pronunciamento do Deputado Egon Pudell, representante de Toledo, nesta Casa, e que, a exemplo de outro Deputado também arenista, de outro município, busca defender a tortuosa postura política do Alcaide Cascavelense. O que nos parece fácil, é entender a realidade do problema local, de Cascavel, que causou apressamento de defesa por parte de dois Srs. Deputados, pertencentes à mesma agremiação do Presidente da AMOP. Se o caso do Prefeito fosse defensável, não haveria necessidade de tantas preocupações.

Os dados apresentados pelos eminentes defensores do Prefeito, são tirados da tributação de 1976, segundo eu fui informado, e não deste exercício. Ademais, trazer números para publicação na imprensa não é espelhar a realidade dos fatos, os quais também por serem exceção não constituem regra; a não ser que se adote a forma usual da exceção como ocorre por regra no Brasil.

Por outro lado, o recurso orçamentário dá ao Prefeito possibilidade de arrecadação básica de sete milhões e meio de cruzeiros, quando ele pretende arrecadar oitenta e oito milhões de cruzeiros. Há uma larga diferença entre a pretensão e a evidência da realidade.

“A verdade é que o Prefeito seguiu o exemplo do Governo Federal, quando encomendou o pacote de abril. Agora Cascavel também tem o seu “pacote”, porém com uma diferença: primeiro o Prefeito carregou o contribuinte com pesados impostos; depois de sofrer amarga derrota na Câmara, com a edição de uma lei disciplinando tal medida, abusiva, levou ainda seu partido a uma letárgica divisão, conseguindo ficar com apenas 1/3 dos vereadores.

Comenta-se ainda na cidade que procurou, por vias travessas, impor à imprensa prévia censura, acirrando o radicalismo de mais uma área contra o seu absolutismo.

Os fatos são incontestáveis e a imprensa nacional tem tratado com esmero o desatino do Prefeito: brigou com o MDB, o que é lógico e do seu estilo, do seu feitio; brigou com a metade dos vereadores da Arena, tendo agora 2/3 dos edis contra seus atos; brigou com empresas loteadoras; brigou com os motoristas de táxis; brigou com os fruteiros; brigou com os vendedores ambulantes; brigou com os contribuintes; brigou na AMOP; brigou com o Governo, brigou com todo o mundo.

Aliás, brigar é bem do seu estilo e, segundo fontes do próprio Palácio do Governo, teria ele e o Vice-Prefeito ido a Brasília para tratar de problemas administrativos, mas ao contactar com um Ministro, primeiro levantou o problema da rádio e da televisão de Cascavel, concedidas a grupos estranhos ao seu, o que vem contrariar os seus objetivos. Depois procurou socorro para liberar ônibus do vice-prefeito que teriam sido presos em Rondônia.

Isso levou esse Ministro a indagar se a ida a Brasília havia sido para tratar de interesses particulares ou do município? No final da história, o Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, que

os teria acompanhado, voltou em avião de carreira, amargando o episódio, deixando-os voltar com o avião do Prefeito.

Nunca é tarde lembrar que as informações expendidas pelo defensor do Prefeito, foram passadas ao seu porta-voz por ele mesmo.

E é de entender que o ilustre Deputado desconheça os fatos, porque realmente Cascavel só conhece de passagem, porque Toledo fica a seu noroeste e a mais de 40 km. de Cascavel.

Quanto ao imposto, indago ao eminente Deputado Egon Pudell, quais as pessoas beneficiadas com lançamentos para favorecimentos pessoais, conforme consta do seu pronunciamento?

A verdade é que Cascavel está sob um tenso clima de repúdio a tantas medidas impopulares, e a evidência está clara na assustadora quantidade de placas anunciando a venda de imóveis em Cascavel.

É preciso acabar com esse clima de insegurança e desnor-teio abusivo dos negócios públicos de Cascavel.

O Prefeito que seja humilde, faça as pazes com seus cor-religionários, com o povo de Cascavel e com o Governo, para não prejudicar o progresso e a vocação de trabalho que é um dos atributos valiosos do progresso e do povo do Oeste do Paraná.

Por outro lado, eu pergunto ao Prefeito e aos nobres Deputados que se apressaram em defendê-lo, qual é a medida que levará a solucionar os reiterados assaltos, banditismos e despejos que estão ocorrendo em Cascavel?

E a morte do cidadão Casemiro, ocorrida há cerca de vinte dias e, segundo se fala, preso pela polícia de Cascavel e dias após, encontrado boiando, pela polícia de Ubitatã, no Rio Piquirí, amarrado dentro de um saco plástico.

É preciso definir a situação do Distrito Industrial e esclarecer publicamente as suas intenções, as suas metas administrativas, para que os empresários possam adotar medidas de dinâmica nos seus negócios.

Não basta para dar ensejo a esperanças, ou a causar atritos e desagregação social.

De outra parte, estou disposto a colaborar, até o limite da Tolerância que o bom senso recomenda.

Não voltarei mais à tribuna para falar do Prefeito de Cascavel, que chega de infatismo, absolutismo e desesperança.

Retornarei sim, para falar em nome do povo, que mais do que ninguém, legitimamente aqui represento.

Voltarei ainda para falar da estrada de Cascavel a Capitão Leônidas Marques que está dando ligeiros atritos à população, à qual tenho defendido desde o início de 75 nesta Casa, e que é testemunha cada um dos Srs. Deputados, à qual é objeto de apreciação agora, por parte do governo e essa reivindicação, esta movimentação, esta mobilização eu tenho feito através de projetos, de requerimentos, e pronunciamentos e audiências com autoridades do setor.

Falarei ainda, da ferrovia e da Universidade do Oeste, entre tantas obras prioritárias de que carece a região Oeste do Paraná.

Gostaria de que governo estadual e governo municipal dessem as mãos para beneficiar Cascavel e a região Oeste do Paraná.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

A subsistência humana, a vida do ser, se caracteriza simplesmente, por três fases, três apoteoses distintas:

Nascer, viver e morrer.

O ser humano predestinado a vir a este planeta se destina ao cumprimento de uma determinação naturalmente,

fascinada pela vontade do Criador.

Feliz entretanto, é aquele que sabe cumprir a sua missão de vivente deste planeta terráqueo.

Porque quando ele desaparece para o além, deixa saudades e estrece a sociedade.

No último sábado, despidia-se de seus familiares para nunca mais habitar este planeta terráqueo, a senhora Adelina Ambrosoli Viltrini, esposa do Sr. Guido Viltrini, da cidade de Andirá, ex-Prefeito e Vereador por três Legislaturas.

Família tradicionalíssima daquela cidade, Dona Adelina era uma esposa exemplar, era uma das mais dignas dirigentes de uma família de cinco filhos. E graças ao seu coração caritativo, resplandescente durante os 57 anos de vida, conseguiu receber o último adeus da população inteira que pranteou o seu passamento.

Dando exemplo de ser humano, principalmente àqueles que viram as despedidas de Dona Adelina, que a bondade é a representação do mais alto amor; que o amor é a expressão da admiração da sociedade.

Nós, propomos, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerimento de pesar, pelo passamento dessa ilustre mulher, que cumpriu com dignidade, com respeito e com admiração o seu papel de ser humano, durante a subsistência na vida terrena. (Lé):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei e, tendo em vista o passamento da Senhora ADELINA ANDROZZOLI VILTRINI, esposa do Senhor GUIDO VILTRINE, da cidade de Andirá, vem mui respeitosamente, requerer a manifestação de profundo pesar à família enlutada.

Aprovado o presente, solicito à Mesa o envio de ofício aos familiares da pranteada.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

A exemplo do companheiro de bancada, Deputado Gabriel Manoel, também estranho que o Secretário de Justiça, Deputado Túlio Vargas, realmente tenha cometido uma descortesia com um membro desta Casa, precisamente o nobre Deputado Nelson Buffara, que é o Presidente da Comissão Especial, escolhida por esta Casa para verificar “in loco”, a veracidade ou não das acusações contidas em memorial que alguns detentos enviaram a quase toda a imprensa escrita e falada e televisionada, da Capital, a vereadores, enfim a meia Curitiba.

Participo desta Comissão, Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados e fui escolhido pela Casa. Mas, desde já eu sou um tanto cético com relação às acusações contidas naquele memorial.

Estranho mesmo que a descortesia denunciada nesta Casa, pelo nobre Deputado Nelson Buffara, tenha realmente sido cometida. Porque nós convivemos aqui com o atual Secretário de Justiça por 8 longos anos. E pudemos aquilatar do seu espírito lhano, da sua cortesia de trânsito que sempre ele dispensava a todos nesta Casa.

Portanto, eu estranho que o Sr. Secretário de Justiça não tenha respondido a um expediente do nobre Deputado Nelson Buffara, mesmo porque as relações pessoais entre ambos sempre foram as mais cordiais possível.

Todavia eu me reservo para numa oportunidade, depois de falar com o Sr. Secretário de Justiça, perguntar se recebeu ou não o expediente oriundo desta Casa e assinado pelo Deputado Presidente da Comissão, para emitir o meu ponto de vista definitivo sobre o assunto.

Mas o principal objetivo que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o encaminhamento de um requerimento à consideração da Casa, no qual convida-se o Sr. Secretário de Administração, João Elísio Ferraz de Campos, para que compareça a esta Casa, a fim de expor, de corpo presente e de viva voz aos Srs. Parlamentares, os planos e as reformas que estão por ser efetuadas aqui no nosso Centro Cívico.

E eu justifico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu requerimento, porque o Centro Cívico é um orgulho do Paraná. Já não é mais de sua Capital, mas de todo o Estado, o trabalho de um grande paranaense que já não pertence mais ao nosso mundo, saudoso, Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, trabalho que a princípio foi recebido com críticas pela população, críticas por todo o mundo, mas que hoje está aí a comprovar o acerto da iniciativa daquele grande Governador.

E nós se tivemos a felicidade de, subscrever projeto de lei, denominando este conjunto arquitetônico de "Centro Cívico, Governador Munhoz da Rocha Neto", nós nos preocupamos efetivamente com as transformações que estão por vir. Porque realmente, é um cartão de visitas, hoje é o logotipo do Paraná o Centro Cívico.

E essas modificações que se anunciam realmente nos preocupam, porque, nem sempre o bom gosto predomina, nem sempre há o cuidado necessário de preservar as linhas essenciais desse grande empreendimento que é o nosso Centro Cívico.

Portanto, acho que esta Casa tem a responsabilidade de zelar pelas nossas tradições, de zelar pelas coisas públicas, antes que essas obras se iniciem, devemos tomar conhecimento prévio do que aqui irá se fazer.

Porque, por exemplo, aquele paredão ao lado do Palácio do Governo, a meu ver, é de muito mau gosto. Então esses remendos, essas improvisações, vêm ferir a linha arquitetônica de nosso Centro Cívico.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho à consideração da Casa este requerimento ao Sr. Secretário da Administração que está imbuído dos melhores propósitos de sediar, aqui no Centro Cívico, todas as Secretarias, conforme aquilo que idealizou Bento Munhoz da Rocha Neto. O plano é excelente. Mas, é necessário que esta Casa conheça os projetos das obras que irão ser realizadas, antes que as linhas arquitetônicas sejam quebradas irremediavelmente.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando um regime impõe ao seu povo o cerceamento da liberdade necessária ao seu crescimento e ao desenvolvimento de seu País, é o caos e o desequilíbrio, são os aspectos que se podem observar em todos os setores da atividade humana.

São as empresas que pedem concordata; são os lavradores que abandonam a terra e vêem cerceadas suas capacidades de trabalho produtivo; são os operários que não resistem mais ao empobrecimento; são os funcionários públicos que sofrem o terrível congelamento de vencimentos. Enfim, são todas as classes laboriosas desta Nação que estão sofrendo a violenta e horrível inflação e desproteção do Governo.

A própria imprensa no seu sacrossanto dever de informar, combater e até de tomar posição de contestação a atos do Governo, amedrontada com o regime e com a força, muitas vezes contra a vontade de parte da empresa que ela é, passa a servir os poderosos e finge esquecer a miséria do povo.

Além de avassalar a economia do povo, um regime que pretende não dar liberdade à sua gente, o empobrece na decorência dos dias. É como se fosse uma indústria de delinquentes, provocada pela miséria, pelo sofrimento, pelo abandono e pelo

afastamento do próprio povo da Nação.

Nesta viagem do último fim-de-semana verifiquei na minha região, região da qual se pode dizer em voz alta "celeiro de produção agrícola deste Estado", que, o lavrador, este homem gigante, este operário anônimo da grandeza nacional, este cidadão que traz no bojo, como respeito e como se fosse o melhor e mais alto documento, no bojo da palma de sua mão, o calo do cabo da enxada e do rabicho do arado, está com o seu milho, colhido com o sacrifício de si próprio e de famílias inteiras, atirado à roça, e correndo o risco de ser corroído pelas intempéries, por não ter comprador senão ao preço de 40 cruzeiros por 60 quilos.

E o Governo, dorme. Dorme o triste sono latente da miséria nacional, do abandono, do abandono daqueles que produzem, com o sacrifício e com o suor de seu rosto.

Há pouco mais de um mês, o quilo do alho que também é muito produtivo em nossa região, custava oitenta cruzeiros no comércio e, nesta semana, vi, com tristeza, e com sentimento, o nosso lavrador procurando vendê-lo, um produto colhido e alcançado depois de 5 meses de trabalho, e não encontrava 8 cruzeiros por quilo.

A cebola que também é produtiva na nossa região, largamente, e que custou ao lavrador, a semente, dois mil cruzeiros o quilo, hoje depois de colhida, depois de todo o sacrifício do lavrador e de sua família, este produto está a cinco cruzeiros o quilo, o que não paga o reateamento.

O feijão, que é comprado pelos atravessadores e vendido pelos retalhistas aos consumidores ao preço de até 14 cruzeiros o quilo, não encontra mais do que o preço de 140 a 150 cruzeiros por 60 quilos, na região.

O Estado nasceu depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o Estado nasceu vacinado com um único destino, o destino de servir ao povo. E o que o Estado tem feito nestes últimos 10 anos, é desproteger a população brasileira principalmente a população trabalhadora, a população laboriosa, a população produtora.

E fatos piores acontecem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste fim de semana, quando em visita à minha região, pude verificar o aspecto negativo da atual administração estadual. Aliás, até hoje não vi respaldar qualquer manifestação honesta de aplausos ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior. O que se tem visto, é o cornetear de políticos de proa, o barco governamental e o estardalhaço da imprensa subvencionada pelos cofres públicos do Estado.

Chegando em Jacarezinho, foi abordado por diversas pessoas daquela cidade que, demonstrando visível irritação pelos acontecimentos políticos recentes, formulavam denúncias sobre o péssimo serviço de pavimentação que está sendo feito em trecho da estrada que liga aquela cidade ao Município de Cambará.

Em companhia do Sr. Nestor Teixeira de Almeida, ex-Vereador e Suplente de Deputado, dirigi-me até o local da obra.

De início, verifiquei com tristeza a procedência da denúncia. Um tipo de serviço que pode e deve ser qualificado como "criminoso". Não é preciso ser mestre para sentir, de imediato, ao verificar as obras de asfaltamento daquela estrada, o característico desvio de planejamento e, principalmente, a falta de fiscalização por parte da Secretaria de Transportes, através do DER.

A firma empreiteira não conseguiu se safar da responsabilidade de ter que remover um trecho de, mais ou menos, 5 quilômetros da obra já pronta e entregue ao tráfego.

Segundo os próprios trabalhadores da obra, com quem conversamos, com o início daquele tráfego, aquele trecho foi-se destruindo a ponto de, em menos de 30 dias, ter que ser interditado. Os materiais aplicados foram removidos para se fazer de novo. Afirmam os trabalhadores da obra com os quais conver-

samos longamente, que o fato veio em decorrência da violência economia de cimento na aplicação do solo básico da mesma.

Percorrendo os demais trechos, concluí que, — segundo informações que obtivemos, já recebidos pelo DER, chegamos à triste conclusão de que inclui a pavimentação da estrada que liga Jacarezinho a Cambará, nos péssimos serviços verificados em quase todas as obras iniciadas pelo atual Governador.

O asfalto de Jacarezinho a Cambará é uma verdadeira afronta ao povo, aos seus direitos e à sua economia.

Parece-me que já se encontra, inclusive, Srs. Deputados, liberada uma verba de 50 mil cruzeiros, para divulgação da inauguração da obra, em um dos conceituados órgãos de imprensa deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há coisas que deixam dúvidas profundas, principalmente quando se trata de serviços públicos, de montantes econômicos, como é o caso da pavimentação de estradas. E, referindo-se à pavimentação que neste ato denuncio, fico estarecido em ver, e fiquei estarecido em ver, Sr. Presidente, que todos os veículos da firma empreiteira da referida obra, basculantes, camionetes e até automóveis, levam fixados em seus parabrisas, cartazes da campanha política do engenheiro residente, Dr. Florivaldo Palacios.

Além do fato característico da proibição por lei, do processamento de campanhas eleitorais fora de tempo determinado, observa-se acontecimento ainda pior, e, a nosso ver, uma imagem nítida de corrupção, ao lado de um verdadeiro desperdício de dinheiro do Estado, uma firma empreiteira respeitada, responsável por obras de montante elevado, promove campanha de divulgação da possível candidatura do engenheiro residente, incumbido da fiscalização dessas mesmas obras.

Face ao exposto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e sem mais delongas, apresentarei, nesta oportunidade, requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, procedendo algumas indagações que julgo de alta justiça, porque se foi cerceada a liberdade para que os partidos políticos se promovessem através de seus candidatos, pelo rádio, pela televisão e outros meios, no período que antecede os períodos eleitorais, não se pode permitir sob pena de exceção das maiores e mais berrantes que se possam observar, neste País, que os homens acobertados pela influência do poder, se sirvam, inclusive, das condições que este poder oferece, para por antecipação de suas campanhas eleitorais, dando, inclusive, a impressão até, de que corrompe a economia do Estado, permitindo uma empreiteira que proceda uma obra caríssima como esta de pavimentação asfáltica, de uma forma tão ridícula, tão prejudicial aos interesses públicos e à economia do Estado.

Nós sabemos, da Oposição, e aprendemos isto desde cedo, que neste regime de imposição, as nossas palavras permanecem nas quatro paredes; quando alcançamos o merecimento de alguma nota na imprensa, se não a totalidade mas, pelo menos, em grande quantidade, elas são distorcidas, porque a ordem do poder, é a ordem do chefe, é a ordem de quem tem o dinheiro do povo para aplicar em favor dos grupos que têm que subsistir.

Entretanto, nós sentimos porque percebemos, nós entendemos porque conhecemos os capítulos mais importantes da história deste País e do mundo, que a verdade poderá ser exercida por muito tempo, que a corrupção poderá alcançar uma caminhada avantajada; mas, tudo isto chega a seu fim porque o povo tem sequiosidade de verdade, de justiça. Quando o poder se corrompe, corrompidas são suas fontes de produtividade; quando o poder se rebaixa, rebaixadas são suas fontes de produtividade; quando o poder envereda para o monólogo, para as propagandas e para a violência, prejudicado é o Estado.

E se alguns dos Srs. Deputados duvida da denúncia que nós estamos fazendo com referência à obra de pavimentação asfáltica de Jacarezinho a Cambará, que formem comissão e vão

verificar, porque só denunciemos aquilo que corrompe, indignifica, que humilha e enxovalha a economia deste Estado.

O Sr. Governador do Estado do Paraná, diga-se de passagem, o mais político e o menos administrador que este Estado já teve, está despachando, transferindo e despachando com seu Governo nos quatro cantos do Paraná. Por baixo vai um aparato de carros, Secretários de Estado, Chefes de Gabinetes, promotores de reuniões, homens incumbidos de apresentar S. Exa. ao povo. Por cima, aviões e as chefias governamentais. Nos bolsos, leva-se os cheques de convênios, como se fosse o salvador da terra, que paga à frente da população que lhe bate palmas, e aproveitam a oportunidade para fazer com que uma platéia pague para assim proceder, grite e voz alta "Viva o melhor Governador do Paraná".

Entretanto, é preciso que seja obras como esta; é preciso que se analise o verberar da imprensa em torno deste Governador; é preciso que se verifique o esconder das notícias denunciadas por Deputados da Oposição, para que se analise e este é o tipo de regime indicado.

Este é um tipo de regime pago com a miséria do povo; este é o regime que absorve a economia como está absorvendo a do lavrador miseravelmente abandonado e lavrando a terra para manter de pé 120 milhões de brasileiros.

É preciso que a Telepar aumente a cada dia que passa para os usuários de telefone; é necessário que a Sanepar cobre dobrado dos consumidores de água e de esgoto; é necessário que a Copel envie dois recibos de pagamento de luz, que a população de Curitiba e do Paraná está pagando hoje e até o dia vinte, dois meses de luz num mês — só em trinta dias. É preciso que se crie a EMOPAR; é preciso que se crie grupos e mais grupos para poder pagar bem àqueles que alardeiam o nome de um Governador que faz um dos mais piores serviços que se pode ver em toda a história da pavimentação do mundo; para que o Governador possa pagar os bateadores de palmas, que se aglutinam nos municípios em que seus despachos são feitos e eles se locupletam para ver, para a honra de se chamar imprecidente e imerecidamente de melhor Governador do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Seremos breves, Deputado, apenas estamos assistindo com atenção o vosso veemente discurso, onde fala aos quatro cantos, de norte a sul, de sul a oeste do Paraná, quicá através das fronteiras de São Paulo, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Vemos V. Exa. vociferando contra o Governador do Estado, contra a estrutura da Secretaria de Transportes, e temos apenas a frisar a V. Exa., que V. Exa. peca. Estivemos percorrendo com S. Exa. o Sr. Governador do Estado o trecho de asfalto de Jacarezinho a Cambará. Tivemos a grata satisfação de estarmos na companhia do ilustre Governador, acompanhado do Deputado Joaquim dos Santos Filho, acompanhando o Secretário dinâmico Osiris Stenghel Guimarães, com o seu Diretor Técnico, o ilustre companheiro Tancredo Benghi. E vemos que V. Exa. falta com a verdade.

A verdade meridiana, Deputado, está lá um fato palpável que não se pode mentir desta tribuna, o asfalto com pequenos defeitos estão sendo corrigidos, porque S. Exa. o Sr. Governador fez questão, Sr. Deputado, de percorrer, para ver o que havia, para que não fosse criticado injustamente. E nós gostaríamos que a Mesa e a Comissão Diretiva, criasse uma Comissão para verificar "in loco" e para saber quem diz a verdade aqui nesta tribuna.

Porque não se pode tripudiar sobre a honra de um Governador que trabalha, sobre a honra de um Governador que tem a égide de melhor Governador do Paraná, e quicá, o melhor Governador do Brasil.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. presidente, peço que me assegure a palavra ou desconte os minutos, porque o aparte do

nobre Deputado é inobjetivo e longo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Deputado, não sei porque, vejo agora V. Exa. destilar os seus ódios, o seu fracasso, em cima de um Governo, e de uma Secretaria de Transportes...

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos) A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, V. Exa. não poderia me cassar a palavra, uma vez que dentro da educação, o ilustre orador me havia permitido.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Deputado Gabriel Manoel, eu requererei nesta oportunidade, sobre fatos de interesse do Paraná e com referência à referida obra. Eu pediria a V. Exa., que, neste instante procura defender a honra e a dignidade administrativa do Sr. Jayme Canet Júnior, que requeresse de sua própria bancada, uma Comissão de Srs. Deputados, para verificar "in loco" a obra que estou denunciando, porque acima de tudo, aquilo que lá se vê, não se pode sequer, colocar como obra de Estado. Foi um consumo absurdo, foi acima de tudo a representação de que o Sr. Jayme Canet Júnior, todas as obras por ele, no seu governo iniciadas...

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente. Com referência a esta obra, o ilustre Deputado está botando o carro na frente dos bois. Então queremos dizer, Sr. Presidente, que a obra não foi nem concluída, e vem o ilustre Deputado com dinamismo, procurando destilar sua demagogia em cima de um homem que trabalha, como o Governador Jayme Canet Júnior. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Então, Sr. Presidente, ao terminar o meu pronunciamento, que acredito não proceder a expressão do nobre Deputado Gabriel Manoel: demagogia. O meu pronunciamento é a expressão do povo da região que represento, e da região que também é representada na área do governo pelo Deputado apartante. Procederei nesta oportunidade, requerimento para saber alguns itens fundamentais e de interesses preservatórios da economia do Estado, com referência à obra denunciada.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste fim de semana, quando em visita à minha região, pude verificar o aspecto negativo da atual administração estadual, aliás, até hoje, não vi resplandecer qualquer manifestação honesta de aplausos ao Senhor Jayme Canet Júnior, o que se tem visto, é o cometeir de políticos da proa, do barco governamental, e o hilariante estardalhaço da imprensa subvencionada pelos cofres públicos do Estado.

Chegando em Jacarezinho, foi abordado por diversas pessoas daquela cidade, que, demonstrando visível irritação pelos acontecimentos políticos recentes, formulavam denúncias sobre o péssimo serviço de pavimentação que está sendo feito no trecho de estrada que liga aquela cidade ao Município de Cambará. Em companhia do Sr. Nestor Teixeira de Almeida, ex-Vereador e suplente de Deputado, dirigi-me até o local da obra. De início, verifiquei com tristeza a procedência da denúncia, um tipo de serviço que pode e deve ser qualificado como "criminoso". Não é preciso ser técnico, para sentir de imediato, ao verificar as obras de asfaltamento daquela estrada, o característico desvio de planejamento e principalmente a falta de fiscalização por parte da Secretaria de Transportes, através do DER.

A firma empreiteira, não conseguiu se safar da responsabilidade, de ter que remover um trecho de mais ou menos cinco quilômetros da obra já pronta, e entregue ao tráfego, segundo os próprios trabalhadores da obra; com o início do tráfego, aquele trecho foi se destruindo, a ponto de em menos de trinta dias, ter que ser interditado, os materiais aplicados foram removidos para se fazer de novo, afirmam os trabalhadores da obra, com os quais conversamos, que, o fato veio em decorrência da violenta economia de cimento na aplicação do solo básico da obra.

Percorrendo os demais trechos concluídos, e segundo informações que obtivemos, já recebidos pelo DER, chegamos à triste conclusão de que, inclui a pavimentação da estrada que liga Jacarezinho a Cambará, nos péssimos serviços verificados em quase todas as obras iniciadas pelo atual Governador.

O asfalto de Jacarezinho a Cambará, é uma verdadeira afronta ao povo, aos seus direitos, à sua economia.

Me parece que já se encontra, inclusive, liberada uma verba de Cr\$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) para a divulgação da inauguração da obra, em um dos conceituados órgãos de imprensa deste Estado.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, já coisas que deixam dúvidas profundas, principalmente quando se trata de serviços públicos de montantes econômicos como o caso de pavimentação de estradas, e se referindo a pavimentação que neste ato denuncio, fiquei estarelecido em ver, que todos os veículos da firma empreiteira da referida obra, basculantes, caminhonetes e até automóvel, levam fixados em seus parabrisas, cartazes de campanha política do engenheiro residente, Dr. Florivaldo Palacios, além do fato característico da proibição por lei, do processamento de campanhas eleitorais fora do tempo determinado, observa-se acontecimento ainda pior, e a nosso ver, com imagem nítida de corrupção. Ao lado de um verdadeiro desperdício de dinheiro do Estado, uma firma empreiteira responsável por obras de montante elevado, promove campanha de divulgação de possível candidatura do engenheiro residente e incumbido da fiscalização das obras.

Face ao exposto, e sem mais delongas, apresento à Mesa, o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista as queixas e reclamações advindas do povo, com referência ao péssimo serviço de pavimentação da estrada que liga Jacarezinho a Cambará, neste Estado, requer após ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. Jayme Canet Júnior, solicitando as seguintes informações através do órgão competente:

- Qual o nome, CGC e endereço da firma empreiteira da obra de pavimentação da estrada que liga Jacarezinho a Cambará.
- Qual o tempo estabelecido para o início e conclusão da obra, e qual o montante orçado para a sua execução.
- Finalmente, tem o engenheiro residente, autorização para proceder a divulgação de seu nome como possível candidato às próximas eleições, usando os veículos da firma empreiteira da referida obra.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO"

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste recinto, do Sr. 1.º Suplente de Deputado Estadual, Lauro Machado.

A Presidência consulta o Sr. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. O SR. TRAJANO BASTOS — Esta Liderança concede o horário ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço a gentileza de nosso ilustre Deputado Trajano Bastos de Oliveira. Solicitei do mesmo cinco minutos, tempo de que necessitarei para fazer justiça ao Sr. Secretário de Justiça de nosso Estado.

Quando eu falava no Pequeno Expediente, sobre o problema da Comissão Especial, o telefone do meu gabinete chamava-me. Era o Deputado Túlio Vargas, que queria falar comigo. Tão logo terminei meu pequeno discurso, subi ao meu gabinete, completei a ligação com o Dr. Túlio Vargas e ele dizia-me que estava pronto a vir a esta Casa de Leis, para fazer uma explanação, inclusive respondendo perguntas dos Srs. Deputados, desde que o quisessem fazer.

Eu perguntei ao Dr. Túlio Vargas se ele havia recebido o nosso expediente, ele disse que sim. Eu indaguei: — Secretário, V. Exa. recebeu o Ofício antes de ter enviado este para nós, ou depois? Antes. É evidente que o ilustre Sr. Secretário, talvez por falta de assessoramento, não tivesse sequer mencionado. A minha preocupação, alertado pelo nobre Deputado Jorge Sato, é de que ele não tivesse recebido o expediente. Ele confirmou que recebeu. E recebeu em tempo hábil.

Alegrou o Sr. Secretário, porque a Assembléia estava em recesso, houve por bem, resolveu que esta resposta dar-se-ia nos primeiros dias de agosto, com certeza nos próximos que se seguem; e como ele prontificou-se a vir a esta Casa, fazer uma explanação, respondendo indagações dos Srs. Deputados, eu resolvi que deveria solicitar do Deputado Trajano Bastos de Oliveira, alguns minutos para que nós soubéssemos das reais intenções do Sr. Secretário do Interior e Justiça, fazendo eco às palavras do Deputado Erondy Silvério, que realmente disse e a afinidade que existe entre mim e o ilustre Deputado Túlio Vargas, são as melhores possíveis.

Fiquei preocupado com a falta de habilidade que o Sr. Secretário demonstrou, quando mandou aquele ofício e não mencionou o nosso. Mas ele justificou que isso seria feito nos próximos dias. E a disposição do Sr. Secretário, por mim aceita, se for aceita pelos Srs. Deputados integrantes da Comissão — ele, a qualquer dia que nós queiramos, viria aqui, dependendo de nós avisarmos, para fazer uma explanação sobre o assunto que me trouxe à tribuna hoje por duas vezes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Consulto à Liderança da Arena, se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, nós concedemos o horário reservado à liderança da Arena ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diz um adágio popular: “O pior cego é aquele que não quer ver; e o pior surdo é aquele que não quer ouvir”.

Talvez a minha memória esteja um pouco fraca, mas aí estão as notas taquigráficas que demonstram que o ilustre Deputado Lúcio Machado, veio já a esta tribuna protestar contra o elevado preço dos cereais, que o feijão, o milho, o alho, estavam sendo vendidos a preços astronômicos; que os legumes também estavam sendo vendidos a preços exorbitantes.

Agora, vem S. Exa., nesta mesma Legislatura — apenas para procurar ferir um governo honesto — dizer que os lavradores estão desesperados.

Então perguntamos ao ilustre Deputado, se ele tem dois pesos e duas medidas?

Porque, quando é para fazer demagogia com o operário da cidade, ele fala que o feijão está caro; quando é para fazer demagogia com o homem da lavoura, ele diz que o milho, o arroz e toda a produção agrícola, está com um preço aviltante.

Desejamos que esse ilustre Parlamentar que tivesse a hom-

bridade e a coragem de ir à praça pública e dizer aos operários de Curitiba, aos operários das grandes metrópoles, que o feijão está barato, que o alho a 8 cruzeiros o quilo está com um preço aviltante. É isso que não compreendemos, a dúbia interpretação, a dúbia personalidade desse ilustre, combativo e extrovertido Deputado.

Por isso, vamos entrar no mérito da estrada Jacarezinho-Cambará, sem falarmos da grande estrada que S. Exa. tem a satisfação de percorrer, e que é a de Jaguariá-Santo Antônio da Platina, que é uma das melhores estradas do Brasil.

Será que não dói na consciência desse ilustre Deputado, quando assim ataca os componentes dos Distritos Rodoviários, os componentes do DER. “A consciência é muito elástica”, diz um provérbio árabe, mas a elasticidade tem também a sua medida.

Vamos convidar o ilustre Deputado Lúcio Machado para percorrermos juntos a estrada Jacarezinho-Cambará, que está servindo de polémica, porque não se pode comparar uma estrada que ainda não foi franqueada ao público. Como podemos saber se o pão está amargo ou doce, cru ou assado, se não o provamos?

Portanto, não podemos julgar uma estrada que ainda não foi entregue ao tráfego público.

Não podemos saber. Não podemos responder, a não ser demagogicamente, a ser para procurar denegrir o governo excelente que é o governo Jayme Canet Júnior, este governo que deu a satisfação ao ilustre Deputado de ir de Curitiba a Santo Antônio da Platina numa faixa asfáltica.

Este é um governo ruim para V. Exa., nobre Deputado?

Não se atira pedras em árvores que não dão frutos.

Por isso, Jesus Cristo já dizia: “Pai, perdoai os que não sabem o que fazem”. E Deus há de perdoar V. Exa., há de perdoar porque “errar é humano, perdoar é divino” e “persistir no erro é burrice”.

Por isso, nobre Deputado, não queremos que V. Exa. persista no erro. Faça sua campanha demagógica, atire as pedras com as quais haveremos de construir o Norte Pioneiro, para que o ilustre Secretário de Transportes, o grande Diretor Tancredo Benghi o convoque para que, conosco, vamos inaugurar essa estrada, para que reine a paz, para que haja paz neste Estado, principalmente em nossa região.

Peço a V. Exa., que venha tranqüilamente trazer a verdade palpável. Só queremos a verdade. Talvez V. Exa., por falta de tempo ou de informações, não pode percorrer a estrada de Cambará a Jacarezinho, onde faltam apenas cinco km para que se liguem aquelas duas cidades, num eixo rodoviário dos melhores, capaz de fazer inveja ao Estado de São Paulo, eis que lá temos um acostamento, temos a estrada quase numa reta só, economizando, num trecho de 22 km, 5 km que V. Exa. não teve a satisfação de percorrer. Por isso é que não deveríamos nem responder V. Exa, quando V. Exa. ataca um Governo honesto, quando ataca um Governo de Jayme Canet Júnior, quando ataca um moço que também é nosso concorrente, um moço que se às vezes falha, mas, a nossa falha é dele, deverá ser jogada para ele, que é o Dr. Florisvaldo Palácios que também, diuturnamente, trabalha em prol do nosso Estado. Ele também tem o direito de ser candidato. Se as firmas põem propaganda, é problema das firmas e não nosso.

Então, ilustre Deputado, V. Exa. perdoe esta minha maneira infeliz talvez, de lhe dizer a verdade. Porque a verdade dói, a verdade é sucinta, a verdade muitas vezes é preferível a verdade de um amigo do que a mentira de dizer a V. Exa. que vamos concordar e depois os nossos eleitores irão a Cambará pela estrada de Jacarezinho e lá constatarão que a estrada está concluída. E V. Exa. está convidado, ilustre Deputado, para a inauguração desta estrada, a fim de que V. Exa. verifique “in loco” que faltou com a verdade.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? — (Assen-

timento). — Nobre Deputado Gabriel Manoel, apenas para pedir a Vossa Excelência, justiça na correção da análise.

Eu não fiz ataque, fiz denúncia e a denúncia está feita.

Em segundo lugar — V. Exa. procura enobrecer, todas as vezes que usa da tribuna, o feito da estrada de Jaguariaíva a Jacarezinho, ao atual Governador. Apenas houve o término. Era estrada planejada por Governadores anteriores. Foi executada dentro de um plano de execução dos, se não perfeito, melhores. Portanto, toda vez que V. Exa. atribui a estrada de Jaguariaíva a Jacarezinho ao Governador Jayme Canet Júnior, V. Exa. comete um erro porque é uma estrada que foi iniciada há muito mais de 10 anos e teve a sua conclusão no primeiro ano de administração do Governador Jayme Canet Júnior.

Mas eu quero reafirmar aqui: todas as obras, até agora, iniciadas pelo atual Governador, são das piores que o Paraná já viu. Saem depressa, mas, ruins. É um desperdício do dinheiro público.

Muita propaganda e pouco trabalho!

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado, V. Exa. sabe que a obra de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina foi projetada dentro do Governo arenista do ilustre e extinto, de saudosa memória, Parigot de Souza. E foi concluída, em sucessão de Governos arenistas, e, tivemos a felicidade de termos... O Sr. Lúcio Machado — São nomeados, nobre Deputado, o MDB não tem Governadores.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não entendemos, nobre Deputado, por que a atitude de V. Exa. para com o Governador Jayme Canet. Se V. Exa. quer promoção, está aí a banca da imprensa, que poderá promovê-lo. Não entendemos por que a distorção dos fatos, porque sabemos, nobre Deputado, que a estrada de Santo Antônio da Platina a Jaguariaíva foi concluída no Governo de Jayme Canet, foi iniciada no esquema de Governo que está lá na Secretaria da Administração liderada por Osires Stenghel Guimarães, assessorado pelo Dr. Tancredo Benghi, possui a sua equipe de trabalho, e até pelo Dr. Palácus. Porisso é que não vemos aonde V. Exa. quer chegar.

Agradeço, e pediria a V. Exa. que, em outra oportunidade, desse-nos a honra e a satisfação de percorrermos junto a Estrada de Cambará a Jacarezinho, e quero dizer desde já que voto contra o requerimento esdrúxulo, sem consistência, um requerimento que não se pode fazer uma previsão, porque a estrada não está concluída. V. Exa. foi mal informado e não teve tempo de fazer uma verificação "in loco" da obra.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência tem a honra de registrar a presença neste recinto do Prefeito de Tapira, Sr. José Alves Pereira.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio de diversos Srs. Deputados, dando redação que especifica, o art. 76, da Constituição do Estado, publicada em avulso e distribuída aos Srs. Deputados. — A Mesa abre um prazo para apresentação de emendas durante os próximos 3 dias, isto é, até o próximo dia 11, inclusive.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 77/76, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ., e FAVORÁVEIS da CF., e COPTC., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 119/76, de autoria do Deputado Quielise Crissotomo, que autoriza o Poder Executivo retificar e revestir a estrada que liga os municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança. Pareceres da CCJ., como sugestão ao Poder Executivo, CONTRÁRIO da CF., e FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 97/77, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Ernani Simas Alves. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, indicando o Sr. Deputado Enéas Faria em substituição ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para compor a Comissão Especial de Emenda à Constituição, no que tange à Procuradoria Geral do Estado e Advogados no Art. 152 — Proposição número 385/77 e artigos 59, 60 e 62 — Proposição número 384/77. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Ofício sob o número 130/77, firmado pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando autorização para se afastar do País, nos dias 13 a 17 do corrente mês. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

V. Exa. anuncia à Casa que tem em mãos um expediente de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, o qual, na forma constitucional, solicita da Assembléia, Poder competente, autorização para se ausentar do País.

Indagaria, preliminarmente, se o que tem V. Exa. em mãos, é, efetivamente, um ofício de S. Exa., o Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Respondendo à questão de Ordem, é o Ofício número 130/77. Assina Jayme Canet Júnior, encaminhado à Assembléia Legislativa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, ainda em questão de ordem, — veladamente, Sr. Presidente, tentei, na última

sessão desta Casa, fazer com que a Mesa entendesse que, talvez, não fosse essa, embora a mais séria, não fosse esta a forma mais correta, a forma perfeita, a forma regimental de se dar andamento nesta matéria. A Mesa, ou não entendeu, ou não quis a Mesa entender. Discordaria do Deputado que há pouco, na tribuna, dizia que permanecer no erro, é "burrice"; talvez, permane-

cer no erro aqui, seja "sabujisse".

Mas, Sr. Presidente, o que começa a tomar contornos inaceitáveis, é a maneira com que determinadas funções, nesta Casa, não sejam e não executem as suas atuações em respeito à Constituição, em respeito ao Regimento Interno. A pressa e a sofreguidão para servir e para ver o Poder servido, fez, parece e a Casa me acompanha atônita que a Mesa oferece para se deliberar, de que temos que deliberar sobre um ofício, quando é clara, quando é explícita, quando é impositiva a Constituição e o Regimento Interno, de que esta forma é esdrúxula, de que esta forma não existe.

Leria à Mesa, na fundamentação desta questão de ordem, artigo 22 da nossa Carta Estadual:

"Art. 22 — Além do disposto no artigo 16, compete exclusivamente à Assembléia Legislativa:

I — Dar posse ao Governador e ao Vice-Governador, conhecer de suas renúncias e autorizá-los a se afastarem do País, por qualquer tempo, ou do Estado, por mais de quinze dias consecutivos;"

Leio, Sr. Presidente, o Regimento Interno da Casa:

"Art. 127 — A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei ou de resoluções.

§ 4º — Os projetos de resolução são os destinados a regular as matérias de caráter político ou administrativo, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se em casos concretos, tais como:

IV — Todos e quaisquer assuntos de sua competência interna."

Parece-me, Sr. Presidente, que esta deva ser a forma; parece-me, Sr. Presidente, que este deva ser o caminho, este deve ser o procedimento. Jamais vi esta Casa deliberar sobre um ofício. Jamais vi aqui estarmos reunidos para votarmos um ofício. Que se dê côr, que se dê forma, que se atenda, o que a Lei e o Regimento pedem. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Respondendo à questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria — o requerimento foi recebido pelo Presidente no dia 5/8/77. Esta Presidência já recebeu o referido ofício.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Entendo que não assiste razão ao nobre Deputado Enéas Faria, quando pretende que tal ofício seja votado em termos de resolução, na forma do artigo 127. (Lê): "Art. 127 — A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei ou de resoluções.

§ 1º — Os projetos de lei são de duas categorias:

I — os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia, com a sanção do Governador do Estado, nos termos do art. 23 e incisos da Constituição Estadual;

II — os destinados a regular matéria de competência exclusiva da Assembléia, nos termos do art. 24 da Constituição do Estado.

§ 2º — Os projetos da primeira categoria convertem-se em lei, pela sanção e promulgação, na forma do art. 27 e parágrafos da Constituição do Estado."

Evidentemente sempre que o Regimento faz menção a um artigo constitucional, refere-se à Constituição vigente à época da sua edição.

Finalmente, § 3º — Os projetos da segunda categoria serão

promulgados pelo Presidente da Assembléia.

§ 4º — Os projetos de resolução são os destinados a regular as matérias de caráter político ou administrativo, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I — a concessão de licença para o processo criminal;

II — concessão de licença prévia nos casos referidos na Constituição;

III — criação de Comissão de Inquérito; e

IV — todos e quais assuntos de sua competência interna."

Ora, a mim me parece que a solicitação do Sr. Governador pedindo autorização desta Assembléia, para empreender viagem ao exterior, não se trata, nem de matéria administrativa e nem de matéria política. Trata-se pura e simplesmente de uma questão de aspecto diplomático, de representação. E não sendo matéria política e nem administrativa, não há porque se adequar a essa exigência do nosso Regimento.

Ademais, esta solicitação do Sr. Governador do Estado, que o faz em termos respeitosos à Assembléia, é de ser concedida, principalmente porque sabemos que algumas divergências ainda pendem acerca da construção da Hidrelétrica de Itaipu, neste momento em que o Brasil precisa afinar-se inteiramente com o Paraguai para regular o problema de ciclagem. É mais do que oportuna, necessária e até patriótica a presença do nosso Governador naquele País vizinho.

E eu, respeitando a argumentação do nobre Deputado Enéas Faria, ainda teria a ponderar que o § 4º, do artigo 127, desdobra aquelas situações em que seria exigido Projeto de Resolução. E em nenhuma das condições que o § 4º enumera se refere a licença autorizatória da Assembléia para viagem ao exterior.

Parece-me que o procedimento da Mesa é o correto. Pura e simplesmente coloca o ofício em votação para que seja autorizada ou não a viagem do Governador do Estado a este País.

Eram estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ponderações que me cabia fazer.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Com todo o respeito, para colocar alguns reparos na argumentação do eminente líder do Governo nesta Casa.

Em momento algum, falei que o Governador teria formalisticamente errado ou andado mal ou desrespeitado a Casa.

Fez S. Exa. como deveria fazer. Mandou para cá ofício, solicitando ou requerendo autorização para afastar-se do País. O problema reside nesta Casa, aqui pelo que me parece não se anda bem quanto ao procedimento que está sendo adotado.

Em segundo lugar, afirmar S. Exa. que a missão governamental, a missão do Sr. Governador é de ordem diplomática, não me parece que deva ser acolhida. A diplomacia nacional é privativa do Governo Federal. Lá está o nosso Ministério de Relação Exterior, lá estão os homens com poderes e prerrogativas para assim proceder. E S. Exa., se com boa vontade pretende em nome do Paraná, conquistar alguma coisa com uma visita que faça, me parece que não devesse se dirigir ao governo paraguaio, deveria tomar o avião à Brasília e lá sim, reivindicar para o Paraná a compensação por aquilo que estamos dando, quando se entrega o melhor de nossas terras, para construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Mas não quero entrar no mérito da viagem de S. Exa., não quero discorrer sobre qualquer outro fato, Sr. Presidente.

O que parece, é que a Casa deva cumprir a sua missão, que

Casa deva se ater às normas regimentais.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Continua em votação, o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente.

V. Exa. coloca em votação?

O SR. PRESIDENTE — O requerimento que trata da licença de S. Exa. o Sr. Governador do Estado ao Paraguai.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu aceitarei, que V. Exa. assim proceda. Mas, depois de resolver a Questão de Ordem levantada.

(Pausa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Acho, Sr. Presidente, que a Mesa, data vênio o respeito e consideração que eu tenho pelo nobre colega Deputado Enéas Faria, eu acho que a Mesa não está inovando nada, em colocar pura e simplesmente em votação, o Ofício em que o Sr. Governador do Estado solicita licença desta Casa, para viagem ao exterior.

Porque efetivamente, ele não se enquadra dentro das especificações do Art. 127 do Regimento Interno, Sr. Presidente. Porque no seu § 4º — e isso será repetir a liderança da ARENA na Casa, a liderança do Governo, que diz que os Projetos de Resolução são eles, destinados a regular matéria de caráter político ou administrativo. Porque evidentemente, o pedido de licença, Sr. Presidente, não se enquadra, porque eu não diria que o Sr. Governador do Estado irá à vizinha República do Paraguai em representação...

Sr. Presidente, parece que eu estou me dirigindo a V. Exa. V. Exa. não está prestando atenção ao que eu estou dizendo. Então é melhor eu me sentar e aguardar a decisão de V. Exa.

Eu estou vindo em apoio à decisão da Mesa.

Porque a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Enéas Faria, realmente não encontra amparo no Regimento Interno da Casa. Porque a licença constante, objeto do ofício do Sr. Governador, não se enquadra o que dispõe o parágrafo 4º do artigo 127 do Regimento Interno. Não é matéria de ordem política, muito menos administrativa. Apenas uma representação. Atendendo um convite de um País irmão, de uma república amiga para festejos internos daquele País.

O Governador, pura e simplesmente, cumprindo dispositivo da Constituição pede licença a esta Casa e V. Exa. está certo não há mais o que objetar. V. Exa. tem que colocar pura e simplesmente o requerimento em votação. O resto é sofisma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está deferida a questão de ordem do Deputado Erondy Silvério. Em votação o ofício.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, as questões de ordem entre outras razões, procuram definir casos omissos do nosso Regimento Interno; da nossa Lei Interna.

Diante da celeuma causada pela dúvida que colheu esta Casa. Parece que este — a mim não me parece, mas parece a alguém da Casa, que este seja um caso omissio. Portanto não cabe à mesa, dizer simplório e simplisticamente, dizer que está deferida a argumentação contrária a uma questão de ordem, quando na verdade esta argumentação pouco ou quase nada esclareceu. Não vou discutir; não vou polemizar, me cabe acatar a decisão da Mesa. E o farei assim. Apenas, pretendo que a Mesa, informe qual a decisão, justificando-a para que seja transcrita no livro próprio e amanhã ou depois, quando novamente surgir um caso desta ordem, possamos recorrer a esta decisão porque ela passa a informar daqui para a frente, as futuras decisões, os

futuros procedimentos. Não cabe à Mesa a decisão simplória e simplista. Haverá de ser decisiva e haverá que ser argumentada, para que a Casa paute a sua ação doravante diante disso.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pediria ao nobre Deputado, Enéas Faria que acompanhasse o meu raciocínio.

A mim me parece que fica configurado que de projeto de resolução não se trata, porque o nosso Regimento é muito claro em cingir os projetos de resolução em duas categorias. Aqueles que regulam matéria de caráter político; e os que regulam matéria de caráter administrativo.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). O Deputado me permitiria para que eu possa entender o seu pensamento. Como conceitua V. Exa. uma viagem oficial de um Governador de Estado? Em que rol de matérias?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Quando muito, uma viagem de representação. Afinal é o Chefe de um Governo que dirige um Estado que mantém excelentes relações de amizade com um país, inclusive que faz fronteira com o seu.

Seria uma viagem de representação. Quando muito. Não é uma viagem de caráter político. Evidentemente, muito menos de caráter administrativo.

Mas está atendendo um convite do Sr. Presidente do Paraguai.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Então a rotulação é outra. É turística.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). V. Exa. pode entender assim. Mas se V. Exa. entender uma viagem turística a toda e qualquer viagem de governador a país amigo, nós chegaremos ao absurdo de relacionar que toda e qualquer viagem é turística; ainda que seja ela, poderá ser frutificante para os interesses brasileiros. E eu tenho convicção de que esta viagem é de supina importância, inclusive para os destinos nacionais, exatamente quando se discute esta matéria de definição da ciclagem de Itaipu.

Mas não se tratando de projeto de resolução por não ser nem matéria de caráter administrativo, muito menos político, parece-me que, talvez, daqui para frente, a Mesa pudesse adotar o seguinte entendimento: deveria, segundo entendo, fazer baixar um decreto legislativo. Admitamos que o Governador tenha que fazer uma viagem urgente — e isso pode ocorrer — um projeto de resolução, evidentemente, o faria perder essa oportunidade. Porque, projeto de resolução precisaria ser votado três vezes, mais redação final. Evidentemente, um decreto legislativo é a figura mais apropriada. Como nosso Regimento não contempla decreto legislativo, há de se seguir a norma desta Casa para tais ofícios, que é a votação. E daqui para frente, poderíamos inserir no nosso Regimento Interno o decreto legislativo, exatamente para regular tais casos.

Essa me parece a visão correta do problema.

Como não contemplamos o decreto legislativo, em nosso Regimento, há de se seguir, nesta Casa, a norma do costume desta Casa de se colocar tais ofícios em votação, a exemplo do que se fez há poucos meses, com uma autorização semelhante ao Sr. Vice-Governador que precisava se ausentar do País.

Eram estas as minhas ponderações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, insisto que deva haver uma definição da Mesa.

Colocar em votação V. Exa. o fez no início dos debates.

Agora é necessário alguma coisa a mais. V. Exa. terá que resolver a Questão de Ordem.

E o Regimento lhe dá oportunidade, lhe dá tempo.

Se V. Exa. não puder resolver agora, pretende colher melhores informações, melhores subsídios, V. Exa. tem o prazo regimental para voltar, mais tarde, trazendo a solução.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sr. Deputado, a Presidência sempre usou o critério que está sendo usado hoje.

Não serei eu quem vá modificar esse critério. Em votação a autorização.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, pararei aqui diante da informação de V. Exa.

Creio que a palavra de um Presidente deste Poder merece crédito, merece fé.

V. Exa. afirma que é norma, V. Exa. afirma que é costume, V. Exa. afirma que assim tem sido feito permanentemente.

E que estaríamos tão só dando cumprimento à norma, do uso e do costume.

Acreditarei porque merece fé a palavra de quem exerce a Presidência deste Poder. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Respondendo, Deputado Enéas Faria, devo dizer que o Líder da ARENA já deu a definição exata.

Em votação a autorização do Sr. Governador para se ausentar do País.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Parece que a bateria de contra-argumentação oferecida pelo Líder do Governo e mais alguns outros Srs. Deputados da bancada governista desta Casa, fez com que V. Exa., ao arripio do Regimento Interno entenda de colocar em votação este ofício que aqui vem emanado do Palácio do Governo.

Quero dizer a V. Exa., repetindo o que disse: palavra de Presidente de Poder Legislativo merece respeito, merece fé.

Depositando fé e respeito na sua palavra, acatei e acato a decisão que acaba de tomar.

Isto não me impede, Sr. Presidente, de que, no devido tempo, venha a cobrar da Mesa, as razões e as argumentações que levaram e que informaram a decisão que V. Exa. acaba de adotar, como também não impede que, no devido tempo proceda a pesquisa necessária para informar à Casa se, realmente esta tem sido a norma através dos tempos, se este tem sido o caminho através dos tempos, como também não impedirá, Sr. Presidente, que vá colher mais e na continuidade deste impedimento, a forma que adotou este Poder para, definitivamente autorizar o Chefe do Poder Executivo a se ausentar do País.

Quero, Sr. Presidente, deixar sobre os ombros da Mesa e em especial sobre os ombros da Presidência e da bancada governista, a responsabilidade da atuação que acaba de empalmar aqui nesta Casa.

Quero dizer que não sendo esta a forma escorreita, que não sendo este o procedimento correto, infringindo a lei, e ao arripio do Regimento Interno, cobrarei outras providências gravosas, onerosas e que sem dúvida alguma trarão aborrecimentos para os dois Poderes.

Mas me compete, é meu dever e assim procederei. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Em votação a autorização. — Aprovada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente, requiro a V. Exa. verificação de votação.

(É PROCEDIDA VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO) (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — 21 Srs. Deputados aprovam, 8 Srs. Deputados rejeitam. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Trajano Bastos, respectivamente líderes da ARENA e MDB, indicando os Srs. Deputados Augusto Carneiro, Enéas Faria e Jorge Sato para integrarem a Comissão Especial, que deverá esclarecer assunto na área educacional. — “Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfredino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Amandio Mathias, Diretor do jornal “Tribuna de Cianorte”. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelina Androzolli Vittrini. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buf-fara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Rio Branco Sport Club, pela conquista do título da Zona Sul do Torneio de Repescagem do Campeonato Paranaense de Futebol. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja enviado convite ao Sr. Secretário da Administração, para que compareça a esta Casa a fim de expor aos Srs. Parlamentares os planos e as reformas que estão sendo efetuadas no Centro Cívico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, referente aos serviços de pavimentação do trecho de estradas que liga Jacarezinho a Cambará. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro verificação de votação no requerimento do Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). — Não há quorum para a votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Deferido. Solicito ao Sr. 1.º Secretário para proceder a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procedendo a chamada dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada, 29 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Há ‘quorum’ para a votação.

Em votação requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitado.

O Sr. Maurício Fruet — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Pela ordem, conde-

do a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Lúcio Machado, queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós vamos ficar, indefinidamente, aqui, porque a requerimento do Deputado Gabriel Manoel, V. Exa. determinou verificação de quorum.

Houve quorum. Agora, houve chamada, não houve quorum. Agora, uma verificação de votação e eu notei que dois ou três Srs. Deputados saíram às carreiras do Plenário. Então, novamente, não vai dar número para votação. Então, nós vamos ficar, indefinidamente, aqui.

A Mesa deveria coibir este procedimento: o Regimento é claro, claríssimo.

O SR. PRESIDENTE — A questão de ordem levantada pelo Deputado Maurício Fruet, a defiro. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Lúcio Machado, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Lúcio Machado, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. — Não há quorum para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito nova chamada, porque ainda há pouco existia quorum.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requiero à Mesa, que seja anotado, porquanto me parece que houve engano; iniciou-se a votação dos projetos de lei. Votamos três projetos e em seguida se passou para a votação dos requerimentos e nós ainda temos projetos na Ordem do Dia para serem votados. Que seja constada a ausência dos Srs. Deputados que deixaram o plenário e anotada esta ausência.

O SR. PRESIDENTE — A matéria da Ordem do Dia já foi votada e aprovada. Só faltam os requerimentos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Pelo que consta, Sr. Presidente, foi votado o Projeto 77, 119 e 97 e passamos para a pág. 2. Não sei se foi engano o que aconteceu, mas deixou-se de votar daí por diante.

O SR. PRESIDENTE — Os demais projetos estão na Pauta da Ordem do Dia da sessão seguinte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o primeiro projeto em pauta é o de número 10/75. Verificando, Sr. Presidente, na página 1, item 1,2 e 3. Na página 2 item 5, 6 em diante. E a pauta vai constar depois da página 3.

O SR. PRESIDENTE — A matéria já foi votada.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, questão de ordem, eu pedi a V. Exa. chamada nominal, se V. Exa. pudesse conceder e eu não declinei. (Pausa).

Declino, Sr. Presidente, da chamada nominal.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, a dúvida levantada pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho me parece procedente. Gostaria que V. Exa. elucidasse à Casa se todas as matérias constantes da Ordem do Dia foram votadas.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem de V. Exa., a matéria da Ordem do Dia foi votada. O que consta em pauta, na página 2, é para a sessão seguinte.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, a Ordem do Dia anunciada consta de onze Proposições. O que se encontra em Pauta inicia-se na folha de número 4.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do líder do M.D.B., foi falha do serviço datilográfico, que cometeu esse lapso. A matéria da Ordem do Dia foi votada.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, pela redação das folhas 2 e 3 que não há matéria em discussão. Não consta ali discussão de matéria, apenas os projetos. O que houve foi a falha da datilografia, que realmente deveria constar, por se tratar de matéria em pauta. Mas a matéria em discussão termina na primeira página. E o último Projeto, 97/76, está em 2a. discussão. As demais matérias não constam em discussão. Logo, não está na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço a explicação do nobre Deputado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quero agradecer a elucidação dada pelo Deputado Muggiati Filho, elucidação que não foi dada pela Mesa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado à TELEPAR, encarecendo a instalação de serviço telefônico, no lugar denominado Mauá, Município de Marilândia do Sul. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 97/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Números 68/77 e 69/77; marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 10, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 181/77.

Levanta-se a sessão.